

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 90011/2026
Processo Administrativo n° 0093/2026 de 30 de Junho de 2026.

MODALIDADE: **Pregão Eletrônico**
TIPO DE LICITAÇÃO: **MENOR PREÇO POR LOTE**
LEGISLAÇÃO E REGÊNCIA LEGAL: **Lei Federal n° 14.133/2021, LC n° 123/2006**
MODO DE DISPUTA: **Aberto**
OBJETO: **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas, Epi'S e outros, para suprir as demandas Município de Brotas de Macaúbas – BA.**

SESSÃO PÚBLICA PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:
Cadastramento das propostas no sistema a partir do dia **07 de Julho de 2026.**
Hora: **08:00 (oito) horas (horário de Brasília)**
Endereço eletrônico: www.compras.gov.br - Compras-SIASG
Código UASG: **983389**

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:
Dia 20.07.2026 – Hora 09:00 horas (horário de Brasília)

MEIO PARA ESCLARECIMENTOS SOBRE ESTE EDITAL
Endereço: **Prefeitura Municipal, Localizada na Praça dos Poderes, nº95, Centro de Brotas de Macaúbas/BA**
Portal Eletrônico: www.brotasdemacaubas.ba.gov.br/
<http://www.acessoinformacao.com.br/ba/brotasdemacaubas>
E-mail: setorlcpm@gmail.com
Pregoeira Municipal: **Elane Gomes Oliveira**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BROTAS DE MACAÚBAS- ESTADO DA BAHIA, através da Pregoeira Municipal, **Elane Gomes Oliveira**, designado pela Portaria n° 145/2025, torna público para ciência dos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico sob o n° 90011/2026**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com base no Processo Administrativo instaurado para este fim, em sessão às **09:00 horas do dia 20 de Julho de 2026, (horário de Brasília)**, no endereço eletrônico: www.compras.gov.br – (Compras-SIASG), Código UASG: **983389**, visando o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas, Epi'S e outros, para suprir as demandas Município de Brotas de Macaúbas – BA.** Tipo Menor Preço Por Lote.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas, Epi'S e outros, para suprir as demandas Município de Brotas de Macaúbas – BA.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item;

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da

perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. Valor unitário do item;
- 4.1.2. Marca;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.1.5. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,10 (Dez centavos).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários
- 5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto

5.13.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.13.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.13.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.13.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.13.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.13.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.13.2.2. Empresas brasileiras;

5.13.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.13.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.13.3. Persistido o empate será realizado sorteio; comunicado via chat no sistema com marcação de data e hora que ocorrerá o sorteio, em videoconferência.

5.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.14.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

5.14.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.14.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.14.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.14.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.14.6. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.14.7. É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.15. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 4.6 e 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.6.6. Deixar de apresentar a proposta reformulada em conformidade com o último lance ofertado.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.7.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.

6.16. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. A habilitação poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 7.12. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2h (duas horas), prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira.
- 7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64.](#)):
- 7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 02 (Dois) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no site www.brotasdemacaubas.ba.gov.br/.

8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original

9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

9.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

9.2.1. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

9.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

9.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

9.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

9.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

9.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <http://www.acesoinformacao.com.br/ba/brotasdemacaubas/>.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

- 11.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5. Fraudar a licitação
- 11.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 11.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 11.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 11.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1. Advertência;
- 11.2.2. Multa;
- 11.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. As peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e

11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item

11.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *meio do e-mail setorlcpm@gmail.com, informando o número deste Pregão.*

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis no endereço eletrônico www.brotasdemacaubas.ba.gov.br/.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 13.11.2. ANEXO II- Minuta da Ata de Registro de preço
- 13.11.3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato

Brotas de Macaúbas, 07 de Julho de 2026.

Elane Gomes Oliveira
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DEMANDANTE: Secretaria Municipal de Administração

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas, Epi'S e outros, para suprir as demandas Município de Brotas de Macaúbas – BA.

LOTE 01 - MATERIAIS HIDRÁULICOS				MÉDIA DE PREÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MÉDIA DO V.UNIT.	MÉDIA DO V. TOTAL
1	ADAPTADOR PVC SOLDA/ROSCA-DN20MMX1/2	UND	150	R\$ 0,55	R\$ 82,50
2	ADAPTADOR PVC SOLDA/ROSCA-DN25X3/4 MARROM	UND	150	R\$ 0,86	R\$ 129,00
3	ADAPTADOR COM FLANGE SOLDÁVEL 20MM REFORÇADO	UND	150	R\$ 18,58	R\$ 2.787,00
4	ADAPTADOR COM FLANGE SOLDÁVEL 25MM REFORÇADO	UND	150	R\$ 25,77	R\$ 3.865,50
5	ADAPTADOR COM FLANGE SOLDÁVEL 32MM REFORÇADO	UND	150	R\$ 32,97	R\$ 4.945,50
6	ADAPTADOR COM FLANGE SOLDÁVEL 40MM REFORÇADO	UND	150	R\$ 39,26	R\$ 5.889,00
7	ADAPTADOR COM FLANGE SOLDÁVEL 50MM REFORÇADO	UND	150	R\$ 38,19	R\$ 5.728,50
8	ADAPTADOR COM FLANGE SOLDÁVEL 60MM REFORÇADO	UND	150	R\$ 48,63	R\$ 7.294,50
9	ADESIVO PLÁSTICO FRASCO COM 170G	UND	200	R\$ 13,91	R\$ 2.782,00
10	BUCHA DE REDUÇÃO 25X20 SOLDÁVEL	UND	250	R\$ 1,41	R\$ 352,50
11	BUCHA DE REDUÇÃO 32X25 SOLDÁVEL	UND	250	R\$ 1,62	R\$ 405,00
12	BUCHA DE REDUÇÃO 40X32 SOLDÁVEL	UND	250	R\$ 2,61	R\$ 652,50
13	BUCHA DE REDUÇÃO 50X40 SOLDÁVEL	UND	250	R\$ 3,05	R\$ 762,50
14	BUCHA PARA PARAFUSO, MATERIAL NÁILON, COMPRIMENTO 3 CM, ESPESSURA 6 MM	UND	500	R\$ 0,66	R\$ 330,00
15	BUCHA PARA PARAFUSO, MATERIAL NÁILON, COMPRIMENTO 4 CM, ESPESSURA 8 MM 7.300 UN. 0,06 52.	UND	500	R\$ 0,56	R\$ 280,00
16	BUCHA PARA PARAFUSO, MATERIAL NÁILON, COMPRIMENTO 5 CM, ESPESSURA 10 MM 3.100 UN. 0,09 51.	UND	500	R\$ 0,77	R\$ 385,00
17	BUCHA PARA PARAFUSO, MATERIAL NÁILON, COMPRIMENTO 6 CM, ESPESSURA 12 MM 2.600 UN. 0,12 50.	UND	500	R\$ 0,86	R\$ 430,00
18	CAP DE ROSCA 20MM	UND	100	R\$ 2,22	R\$ 222,00
19	CAP DE ROSCA 25MM	UND	100	R\$ 2,19	R\$ 219,00
20	CAP SOLDÁVEL-DN 20MM	UND	100	R\$ 3,45	R\$ 345,00
21	CAP SOLDÁVEL-DN 25 MM	UND	100	R\$ 2,91	R\$ 291,00
22	CAP SOLDÁVEL-DN 32 MM	UND	100	R\$ 2,91	R\$ 291,00
23	CARRAPETA UNIVERSAL ½: REPARO PARA REGISTRO DE CHUVEIRO E TORNEIRA METAL (CARRAPETA PLÁSTICA + ANEL DE RETENÇÃO)	UND	100	R\$ 36,00	R\$ 3.600,00
24	CEBOLA VÁLVULA DE PÉ ROSCAVEL ¾ PARA BOMBA	UND	75	R\$ 41,98	R\$ 3.148,50
25	CEBOLA VÁLVULA DE PÉ ROSCAVE 1" PARA BOMBA	UND	75	R\$ 49,87	R\$ 3.740,25
26	CEBOLA VÁLVULA DE PÉ ROSCAVE 50MM PARA BOMBA	UND	75	R\$ 94,15	R\$ 7.061,25
27	CHICOTE FLEXÍVEL DE 1/2X30CM	UND	100	R\$ 5,97	R\$ 597,00
28	CHICOTE FLEXÍVEL DE 1/2X40CM	UND	100	R\$ 11,98	R\$ 1.198,00
29	CHICOTE FLEXÍVEL DE 1/2X60CM	UND	100	R\$ 13,17	R\$ 1.317,00
30	CURVA DE 45° SOLDÁVEL 20MM	UND	250	R\$ 4,96	R\$ 1.240,00

31	CURVA DE 45° SOLDÁVEL 32MM	UND	250	R\$ 7,29	R\$ 1.822,50
32	CURVA DE 45° SOLDÁVEL 40MM	UND	250	R\$ 9,25	R\$ 2.312,50
33	CURVA DE 45° SOLDÁVEL 50MM	UND	250	R\$ 19,33	R\$ 4.832,50
34	JOELHO C/ REDUÇÃO DE 25MMX20MM SOLDÁVEL/ ROSCAVEL	UND	200	R\$ 6,18	R\$ 1.236,00
35	JOELHO DE 20 MM SOLDÁVEL	UND	200	R\$ 2,79	R\$ 558,00
36	JOELHO DE 20MM ROSCAVEL	UND	200	R\$ 2,79	R\$ 558,00
37	JOELHO DE 25 MM SOLDÁVEL	UND	200	R\$ 2,79	R\$ 558,00
38	JOELHO DE 25MM ROSCAVEL	UND	200	R\$ 2,79	R\$ 558,00
39	JOELHO DE 32MM SOLDÁVEL	UND	200	R\$ 5,80	R\$ 1.160,00
40	JOELHO DE 40 MM SOLDÁVEL	UND	200	R\$ 6,50	R\$ 1.300,00
41	JOELHO DE 50 MM SOLDÁVEL	UND	200	R\$ 6,50	R\$ 1.300,00
42	LAVATÓRIO EM LOUÇA COM PILAR	UND	30	R\$ 252,69	R\$ 7.580,70
43	LAVATÓRIO PLÁSTICO	UND	30	R\$ 41,77	R\$ 1.253,10
44	LUVA DE 25MM ROSCAVEL	UND	250	R\$ 2,19	R\$ 547,50
45	LUVA SOLDÁVEL 20MM	UND	250	R\$ 1,21	R\$ 302,50
46	LUVA SOLDÁVEL 25MM	UND	250	R\$ 0,94	R\$ 235,00
47	LUVA SOLDÁVEL 40MM	UND	250	R\$ 7,86	R\$ 1.965,00
48	LUVA SOLDÁVEL 50MM	UND	250	R\$ 6,93	R\$ 1.732,50
49	PIA FIBRA 100X55CM	UND	10	R\$ 141,83	R\$ 1.418,30
50	PIA DE INOX DE 100X55CM	UND	30	R\$ 250,06	R\$ 7.501,80
51	RALO SIFONADO 40MM	UND	50	R\$ 17,93	R\$ 896,50
52	REGISTRO DE ESFERA METAL COM ALAVANCA 40MM	UND	50	R\$ 98,55	R\$ 4.927,50
53	REGISTRO DE ESFERA METAL COM ALAVANCA 50MM	UND	50	R\$ 140,00	R\$ 7.000,00
54	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL 20MM PVC	UND	50	R\$ 6,80	R\$ 340,00
55	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL 25MM PVC	UND	50	R\$ 14,15	R\$ 707,50
56	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL 40MM PVC	UND	50	R\$ 24,68	R\$ 1.234,00
57	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL 50MM PVC	UND	50	R\$ 30,16	R\$ 1.508,00
58	REGISTRO DE PASSAGEM INOX PARA CHUVEIRO COM ACABAMENTO 25MM	UND	30	R\$ 85,34	R\$ 2.560,20
59	REGISTRO DE PASSAGEM-DN 20MM PVC	UND	60	R\$ 8,72	R\$ 523,20
60	REGISTRO DE PASSAGEM-DN 25MM PVC	UND	60	R\$ 8,88	R\$ 532,80
61	REGISTRO INOX PARA CHUVEIRO 1/4 VOLTA 25MM	UND	60	R\$ 76,81	R\$ 4.608,60
62	REPARO COMPLETO PARA REGISTRO DE PRESSÃO (METAL)	UND	60	R\$ 69,07	R\$ 4.144,20
63	SIFÃO AJUSTÁVEL MULTIUSO BRANCO	UND	300	R\$ 9,46	R\$ 2.838,00
64	TE ROSCA (AZUL) 20X1/2	UND	300	R\$ 7,16	R\$ 2.148,00
65	TE ROSCA (AZUL) 25X1/2	UND	300	R\$ 8,11	R\$ 2.433,00
66	TE SOLDÁVEL 20MM	UND	300	R\$ 1,87	R\$ 561,00
67	TE SOLDÁVEL 25MM	UND	300	R\$ 1,53	R\$ 459,00
68	TE SOLDÁVEL 32MM	UND	300	R\$ 4,91	R\$ 1.473,00
69	TE SOLDÁVEL 40MM	UND	300	R\$ 8,28	R\$ 2.484,00
70	TE SOLDÁVEL 50MM	UND	300	R\$ 12,14	R\$ 3.642,00
71	TORNEIRA DE PLASTICO BICA MOVEL (PAREDE COZINHA) ¼ VOLTA	UND	50	R\$ 39,84	R\$ 1.992,00
72	TORNEIRA DE PLASTICO BICA MOVEL(MESA) ¼ VOLTA	UND	50	R\$ 35,31	R\$ 1.765,50
73	TORNEIRA EM PVC PARA PIA	UND	50	R\$ 16,89	R\$ 844,50
74	TORNEIRA JARDIM -DN1/2	UND	50	R\$ 16,13	R\$ 806,50
75	TORNEIRA METAL INOX BICA MOVEL (MESA)1/4 VOLTA	UND	50	R\$ 92,96	R\$ 4.648,00
76	TORNEIRA METAL INOX BICA MOVEL (PAREDE COZINHA)1/4 VOLTA	UND	50	R\$ 92,96	R\$ 4.648,00
77	TUBO DE 20MM SOLDÁVEL MARROM COM 6MTS	UND	500	R\$ 19,22	R\$ 9.610,00

78	TUBO DE 25MM SOLDÁVEL MARROM COM 6MTS	UND	500	R\$ 32,06	R\$ 16.030,00
79	TUBO DE 32MM SOLDÁVEL MARROM COM 6MTS	UND	400	R\$ 53,31	R\$ 21.324,00
80	TUBO DE 40MM SOLDÁVEL MARROM COM 6MTS	UND	200	R\$ 96,00	R\$ 19.200,00
81	TUBO DE 50MM SOLDÁVEL MARROM COM 6MTS	UND	300	R\$ 99,08	R\$ 29.724,00
82	TUBO DE 50MM COM 6MTS PVC AZUL PARA IRRIGAÇÃO PN40	UND	2.000	R\$ 56,02	R\$ 112.040,00
83	UNIÃO SOLDÁVEL 20mm	UND	30	R\$ 9,41	R\$ 282,30
84	UNIÃO SOLDÁVEL 25mm	UND	30	R\$ 10,72	R\$ 321,60
85	UNIÃO SOLDÁVEL 32mm	UND	30	R\$ 21,37	R\$ 641,10
86	UNIÃO SOLDÁVEL 40mm	UND	30	R\$ 39,06	R\$ 1.171,80
87	UNIÃO SOLDÁVEL 50mm	UND	30	R\$ 43,17	R\$ 1.295,10
88	VÁLVULA PARA PIA	UND	50	R\$ 7,96	R\$ 398,00
89	VEDA CALHA: ADESIVO VEDANTE À BASE DE POLÍMEROS SINTÉTICOS ESPECIALMENTE DESENVOLVIDOS PARA VEDAÇÃO DE CALHAS E RUFOS. EMBALAGENS: CARTUCHO 280 G	UND	20	R\$ 21,39	R\$ 427,80
90	VEDA ROSCA: FITA 18MM X 10M	UND	200	R\$ 5,18	R\$ 1.036,00
TOTAL LOTE - 01				R\$ 372.329,60	
LOTE 02 -VASOS SANITÁRIOS E ACESSÓRIOS					
				MÉDIA DE PREÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MÉDIA DO V.UNIT.	MÉDIA DO V. TOTAL
91	ASSENTO SANITÁRIO SIMPLES BRANCO	UND	100	R\$ 35,17	R\$ 3.517,00
92	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO BRANCO	UND	30	R\$ 54,76	R\$ 1.642,80
93	CAIXA DESCARGA SOBREPOR	UND	100	R\$ 53,40	R\$ 5.340,00
94	CANO DE DESCARGA	UND	50	R\$ 15,09	R\$ 754,50
95	MICTÓRIO COM KIT INSTALAÇÃO	UND	10	R\$ 452,33	R\$ 4.523,30
96	KIT COMPLETO UNIVERSAL, SAÍDA E ENTRADA PARA VASO COM DESCARGA ACOPLADA	UND	10	R\$ 88,67	R\$ 886,70
97	VASO SANITÁRIO DESCARGA SOBREPOR	UND	50	R\$ 265,45	R\$ 13.272,50
98	VASO SANITÁRIO EM LOUÇA, COM CAIXA DESCARGA ACOPLADA	UND	50	R\$ 574,16	R\$ 28.708,00
212	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASOS SANITÁRIOS	UND	50	R\$ 10,15	R\$ 507,50
TOTAL LOTE - 02				R\$ 59.152,30	
LOTE 03 - CAIXA D'ÁGUA					
				MÉDIA DE PREÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MÉDIA DO V.UNIT.	MÉDIA DO V. TOTAL
99	BOIA DE ½" P/ CAIXA D'ÁGUA	UND	50	R\$ 13,52	R\$ 676,00
100	BOIA DE ¾" P/ CAIXA D'ÁGUA	UND	50	R\$ 20,21	R\$ 1.010,50
101	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO C/500 LTS	UND	50	R\$ 269,19	R\$ 13.459,50
102	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO C/1.000 LTS	UND	50	R\$ 405,16	R\$ 20.258,00
103	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO C/3.000 LTS	UND	30	R\$ 2.174,05	R\$ 65.221,50
104	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO C/5.000 LTS	UND	20	R\$ 3.319,65	R\$ 66.393,00
105	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO C/10.000 LTS	UND	20	R\$ 5.940,99	R\$ 118.819,80
106	TAMPA CAIXA D'ÁGUA FIBRA C/10.000 LTS	UND	10	R\$ 1.666,50	R\$ 16.665,00

TOTAL LOTE - 03				R\$ 302.503,30	
LOTE 04 - DIVERSOS				MÉDIA DE PREÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MÉDIA DO V.UNIT.	MÉDIA DO V. TOTAL
107	CADEADO 25 MM	UND	80	R\$ 23,14	R\$ 1.851,20
108	CADEADO 30MM	UND	80	R\$ 25,79	R\$ 2.063,20
109	CADEADO 35 MM	UND	80	R\$ 32,60	R\$ 2.608,00
110	CADEADO 40MM	UND	80	R\$ 39,65	R\$ 3.172,00
111	CADEADO 50 MM	UND	80	R\$ 51,03	R\$ 4.082,40
112	CORDA TRANÇADA POLIPROPILENO 06MM	MT	3.000	R\$ 2,00	R\$ 6.000,00
113	CORDA TRANÇADA POLIPROPILENO 08MM	MT	1.500	R\$ 3,77	R\$ 5.655,00
114	CORDA TRANÇADA POLIPROPILENO 10MM	MT	1.500	R\$ 4,81	R\$ 7.215,00
115	CORDA TRANÇADA POLIPROPILENO 12MM	MT	1.500	R\$ 6,62	R\$ 9.930,00
116	LONA PLÁSTICA 4X4 200 MICRAS POLIETILENO AZUL RESISTENTE	UND	300	R\$ 157,54	R\$ 47.262,00
117	LONA PLÁSTICA, NA COR PRETA, COM 200 MICRAS DE ESPESSURA E 4,0 METROS DE LARGURA	MTS	500	R\$ 12,56	R\$ 6.280,00
118	ESPÁTULA FLEXÍVEL 8CM CABO PLÁSTICO	UND	35	R\$ 8,53	R\$ 298,55
TOTAL LOTE - 04				R\$ 96.417,35	
LOTE 05 - IRRIGAÇÃO				MÉDIA DE PREÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MÉDIA DO V.UNIT.	MÉDIA DO V. TOTAL
119	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO COM 100 METROS ESPESSURA: 1,5 MM, POLEGADA: 3/4"	ROLO	100	R\$ 185,08	R\$ 18.508,00
120	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO COM 100 METROS ESPESSURA: 1,5 MM, POLEGADA: 1/2"	ROLO	250	R\$ 140,46	R\$ 35.115,00
121	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO COM 100 METROS ESPESSURA: 1,5MM, POLEGADA: 1"	ROLO	100	R\$ 221,67	R\$ 22.167,00
122	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO COM 100 METROS ESPESSURA: 2,0 MM, POLEGADA: 1.1/2"	ROLO	50	R\$ 425,28	R\$ 21.264,00
123	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO ESPESSURA: 1,5 MM, POLEGADA: 3/4"	MTS	400	R\$ 4,38	R\$ 1.752,00
124	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO ESPESSURA: 1,5 MM, POLEGADA: 1/2"	MTS	400	R\$ 2,80	R\$ 1.120,00
125	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO ESPESSURA: 1,5MM, POLEGADA: 1"	MTS	400	R\$ 3,78	R\$ 1.512,00
126	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO ESPESSURA: 2,0 MM, POLEGADA: 1.1/2"	MTS	400	R\$ 4,75	R\$ 1.900,00
127	MANGUEIRA PARA JARDIM 1/2	MTS	300	R\$ 6,64	R\$ 1.992,00
TOTAL LOTE - 05				R\$ 105.330,00	
LOTE 06 - ESGOTO				MÉDIA DE PREÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MÉDIA DO V.UNIT.	MÉDIA DO V. TOTAL
128	CURVA DE 45° ESGOTO 50MM	UND	400	R\$ 17,05	R\$ 6.820,00
129	CURVA DE 45° ESGOTO 100MM	UND	100	R\$ 39,44	R\$ 3.944,00
130	CURVA DE 45° ESGOTO 40MM	UND	50	R\$ 8,24	R\$ 412,00
131	JOELHO DE 40 MM ESGOTO	UND	100	R\$ 4,64	R\$ 464,00
132	JOELHO DE 50 MM ESGOTO	UND	50	R\$ 6,20	R\$ 310,00
133	JOELHO ESGOTO 100 MM	UND	80	R\$ 8,95	R\$ 716,00
134	JOELHO ESGOTO 150 MM	UND	80	R\$ 80,65	R\$ 6.452,00
135	JOELHO ESGOTO 75 MM	UND	50	R\$ 6,06	R\$ 303,00

202	TE 100MM ESGOTO	UND	50	R\$ 17,13	R\$ 856,50
203	TE 150MM ESGOTO	UND	50	R\$ 70,08	R\$ 3.504,00
204	TE 40MM ESGOTO	UND	50	R\$ 6,56	R\$ 328,00
205	TE 50MM ESGOTO	UND	50	R\$ 6,95	R\$ 347,50
206	TE 75MM ESGOTO	UND	50	R\$ 15,23	R\$ 761,50
207	TUBO 150MM ESGOTO COM 6 MTS	UND	500	R\$ 285,67	R\$ 142.835,00
208	TUBO 200MM ESGOTO COM 6 MTS	UND	10	R\$ 538,13	R\$ 5.381,30
209	TUBO DE 100MM ESGOTO COM 6MTS	UND	200	R\$ 91,17	R\$ 18.234,00
210	TUBO DE 50MM ESGOTO COM 6MTS	UND	50	R\$ 76,29	R\$ 3.814,50
211	TUBO DE 75MM ESGOTO COM 6MTS	UND	50	R\$ 71,60	R\$ 3.580,00
TOTAL LOTE - 06				R\$ 198.760,30	
LOTE 07 - FERRAMENTAS E OUTROS				MÉDIA DE PREÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MÉDIA DO V.UNIT.	MÉDIA DO V. TOTAL
136	ALAVANCA REDONDA LISA 1" X 1,50 M	UND	40	R\$ 169,87	R\$ 6.794,80
137	ALAVANCA REDONDA LISA 1" X 1,80 M	UND	40	R\$ 199,41	R\$ 7.976,40
138	ALICATE UNIVERSAL 8" COM ISOLAÇÃO de 1000v	UND	15	R\$ 45,87	R\$ 688,05
139	ARCO DE SERRA AJUSTÁVEL COM LÂMINA	UND	15	R\$ 85,21	R\$ 1.278,15
140	BALDE EM POLIETILENO COM ALÇA EM AÇO ZINCADO COM 12 LITROS	UND	300	R\$ 16,91	R\$ 5.073,00
141	BOMBA AUTOASPIRANTE AP-2R 1/2 CV MONOFÁSICO 220V	UND	50	R\$ 911,77	R\$ 45.588,50
142	BOMBA PERIFÉRICA 1C MONO 220V	UND	50	R\$ 463,95	R\$ 23.197,50
143	BROCA PARA CONCRETO 12MM	UND	100	R\$ 30,27	R\$ 3.027,00
144	BROCA PARA CONCRETO 10MM	UND	100	R\$ 16,16	R\$ 1.616,00
145	BROCA PARA CONCRETO 08MM	UND	100	R\$ 13,33	R\$ 1.333,00
146	BROCA PARA CONCRETO 06MM	UND	100	R\$ 9,53	R\$ 953,00
147	BROCA PARA CONCRETO 04MM	UND	100	R\$ 7,36	R\$ 736,00
148	CARRINHO DE MÃO PARA A LIMPEZA PÚBLICA: JERICA 170 LITROS COM DUAS RODAS, ARO AÇO COM ROLAMENTO, CAÇAMBA AZUL.	UND	100	R\$ 822,97	R\$ 82.297,00
149	CARRINHO DE MÃO REFORÇADO COM PNEU DE CÂMARA: DIMENSÕES: 1435,0 X 622,0 X 545,0MM, PESO: 14,80 KG	UND	100	R\$ 604,29	R\$ 60.429,00
150	CAVADOR DUPLO, EM AÇO ARTICULADO, COM CABO EM MADEIRA DE 1,50M DE COMPRIMENTO	UND	50	R\$ 135,79	R\$ 6.789,50
151	CAVADOR RETO, COM CABO EM MADEIRA DE 1,50M DE COMPRIMENTO	UND	50	R\$ 88,67	R\$ 4.433,50
152	COLHER DE PEDREIRO, 9" EM AÇO, CABO EM MADEIRA ENVERNIZADA	UND	60	R\$ 37,86	R\$ 2.271,60
153	COLHER DE PEDREIRO TAMANHO 8	UND	60	R\$ 27,80	R\$ 1.668,00
154	CORDA DE SEDA, 14MM, ROLO COM 15KG	ROLO	60	R\$ 401,56	R\$ 24.093,60
155	ESCADA EXTENSÍVEL 7,20 MT FIBRA ALUMÍNIO ELETRICA TELEFONIA, TIPO DE POSIÇÃO: MULTIFUNCIONAL, MATERIAL DA ESTRUTURA: FIBRA E ALUMÍNIO, ALTURA DA ESCADA	UND	8	R\$ 1.355,78	R\$ 10.846,24

	FECHADA 4.2 CM, LARGURA 40 CM, COM 23 DEGRAUS, CAPACIDADE DE CARGA: ATÉ 180KG				
156	ESCADA DE ALUMÍNIO 5 DEGRAUS COMPRIMENTO: 84 CM LARGURA: 44 CM ALTURA: 1,41 M	UND	10	R\$ 201,52	R\$ 2.015,20
157	ESCADA DE ALUMÍNIO 7 DEGRAUS COMPRIMENTO: 1,20M LARGURA: 51CM ALTURA: 1,82M	UND	5	R\$ 471,52	R\$ 2.357,60
158	ESCADA MULTIFUNCIONAL 4X4 COM 16 DEGRAUS DE ALUMÍNIO • SÃO 8 ESCADAS EM UMA SÓ, MÁXIMA RESISTÊNCIA• TRAVAMENTO AUTOMÁTICO NA EXTENSÃO• SAPATAS 100% DE BORRACHA• ALCANÇA AS SUPERFÍCIES MAIS ALTAS E LUGARES DE DIFÍCIL ACESSO • CABE EM QUALQUER LUGAR• TOTALMENTE DOBRÁVEL, FACILITANDO ASSIM SEU TRANSPORTE• ELA POSSUI 4 PARTES DE 4 DEGRAUS, ALCANÇANDO A ALTURA DE 4,71M QUANDO TOTALMENTE EXTENDIDA• QUANTIDADE DE POSIÇÕES:- POSIÇÃO 1: 13CM X 70,5CM X 4,71M- POSIÇÃO 2: 87CM X 70,5CM X 3,51M- POSIÇÃO 3: 1,59M X 70,5CM X 2,26M- POSIÇÃO 4: 3,06M X 70,5CM X 1,28M- POSIÇÃO 5: 3,85M X 70,5CM X 1,28M- POSIÇÃO 6: 1,71M X 70,5CM X 1,20M- POSIÇÃO 7: 39,7CM X 26,9CM X 1,25M- POSIÇÃO 8: 1,28M X 70,5CM X 3,85M• CAPACIDADE DE PESO: 150 KILOS• COMPRIMENTO: 13 CM• LARGURA: 70,5 CM• ALTURA: 4,71M	UND	5	R\$ 799,35	R\$ 3.996,75
159	ENXADA LARGA COM CABO 2,5 LIBRAS	UND	100	R\$ 85,09	R\$ 8.509,00
160	ENXADÃO ESTREITO COM CABO	UND	100	R\$ 88,57	R\$ 8.857,00
161	ESCOVA DE AÇO	UND	20	R\$ 14,12	R\$ 282,40
162	FORMÃO 1/2	UND	20	R\$ 20,01	R\$ 400,20
163	FACÃO 22", TERÇADO, LAMINA EM AÇO CARBONO, CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM FIO COBRE TRANÇADO	UND	40	R\$ 65,73	R\$ 2.629,20
164	FACÃO 18", TERÇADO, LAMINA EM AÇO CARBONO, CABO DE MADEIRA REVESTIDO COM FIO COBRE TRANÇADO	UND	40	R\$ 58,89	R\$ 2.355,60
165	FOICE ROÇADEIRA COM CABO	UND	40	R\$ 56,94	R\$ 2.277,60
166	JOGO CHAVE COMBINADA DE 6 Á 22MM BOCA E ESTRELA	JOGO	20	R\$ 109,52	R\$ 2.190,40
167	JOGO DE CHAVE BIELA (L) DE 10 A 14MM	JOGO	20	R\$ 209,13	R\$ 4.182,60
168	MACHADO LENHADOR COM CABO	UND	20	R\$ 100,97	R\$ 2.019,40
169	MARRETA COM CABO DE MADEIRA, 1KG	UND	25	R\$ 54,65	R\$ 1.366,25
170	MARTELO UNHA 27 MM COM CABO DE MADEIRA	UND	30	R\$ 45,42	R\$ 1.362,60
171	PÁ DE BICO N. 3 COM CABO	UND	50	R\$ 37,30	R\$ 1.865,00
172	PÁ DE BICO N. 4 COM CABO	UND	50	R\$ 46,64	R\$ 2.332,00
173	PNEU PARA CARRINHO COM CÂMARA E RODA	UND	100	R\$ 123,46	R\$ 12.346,00
174	PNEU PARA CARRINHO MACIÇO	UND	80	R\$ 81,28	R\$ 6.502,40
175	PICARETA ALVIÃO COM CABO DE MADEIRA DE 90CM	UND	100	R\$ 126,00	R\$ 12.600,00
176	PONTEIRO DE AÇO COM NO MINIMO 30CM DE COMPRIMENTO	UND	50	R\$ 33,64	R\$ 1.682,00
177	RASTELO TIPO VASSOURA COM 22 HASTES	UND	100	R\$ 29,11	R\$ 2.911,00
178	RASTELO DIMENSÕES 260MMX55MMX105MM	UND	50	R\$ 34,95	R\$ 1.747,50

179	SERROTE COM LAMINAS EM AÇO ALTO CARBONO TEMPERADO E LIXADO, CABO EM MADEIRA ERGONÔMICO E ENVERNIZADO, DENTES TRAVADOS, 7 DENTES POR POLEGADAS, PROTEÇÃO PLÁSTICA PARA OS DENTES,	UND	20	R\$ 69,68	R\$ 1.393,60
180	TALHADEIRA 12 CHATA	UND	50	R\$ 27,65	R\$ 1.382,50
181	TRENA 03M - FECHADA, EMBORRACHADA E SEM IMA	UND	50	R\$ 13,83	R\$ 691,50
182	TRENA 05M - FECHADA, EMBORRACHADA E SEM IMA	UND	50	R\$ 11,51	R\$ 575,50
183	TRENA 10M - FECHADA, EMBORRACHADA E SEM IMA	UND	50	R\$ 28,59	R\$ 1.429,50
184	TRENA 20M FITA - ABERTA	UND	20	R\$ 35,83	R\$ 716,60
185	TRENA 30M FITA - ABERTA	UND	20	R\$ 40,66	R\$ 813,20
186	TRENA 50M FITA - ABERTA	UND	20	R\$ 86,18	R\$ 1.723,60
187	TESOURA DE PODA PROFISSIONAL 12", COM CABO DE MADEIRA, LÂMINAS SERRILHADAS	UND	20	R\$ 57,81	R\$ 1.156,20
188	TESOURA PARA CERCA-VIVA GRAMA, LÂMINA SERRILHADA DE 12 POL. COM CABO DE MADEIRA	UND	10	R\$ 79,10	R\$ 791,00
189	TORQUES ARMADOR 12"	UND	30	R\$ 59,24	R\$ 1.777,20
190	TORNO DE BANCADA Nº8	UND	10	R\$ 553,85	R\$ 5.538,50
191	VASSOURÃO PIAÇAVA 40CM COM CABO DE MADEIRA	UND	100	R\$ 35,71	R\$ 3.571,00
TOTAL LOTE - 07				R\$ 399.437,44	
LOTE 08 - EPI's				MÉDIA DE PREÇO	
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	MÉDIA DO V.UNIT.	MÉDIA DO V. TOTAL
192	BOTA DE SEGURANÇA PARA CONSTRUÇÃO CIVIL SOLADO DE BORRACHA COM BICO DE AÇO OU PVC EM COURO COR PRETA Nº 34 AO 46	PR	500	R\$ 56,99	R\$ 28.495,00
193	LUVA TRICOTADA DE ALGODÃO 4 FIOS PIGMENTADA. TAMANHO ÚNICO	PR	500	R\$ 6,86	R\$ 3.430,00
194	PFF1 (S) (SEM VÁLVULA DE EXALAÇÃO) É UM RESPIRADOR ISENTO DE MANUTENÇÃO, E ALTO PODER DE PROTEÇÃO, FABRICADO COM MANTAS DE TECIDOS SINTÉTICOS E TECIDOS FILTRANTES, ESTE EQUIPAMENTO ESTÁ APROVADO PARA CLASSE PFF1 (POEIRAS E NÉVOAS) ATÉ O VOLUME MÁXIMO INDICADO	UND	3.000	R\$ 3,00	R\$ 9.000,00
195	PROTETOR SOLAR PROFISSIONAL FPS 60 1/3 UVA 4 LITROS VOLUME: 4 LITROS ASPECTO: LOÇÃO CREMOSA COR: BRANCO A LEVEMENTE AMARELADO ODOR: CARACTERÍSTICO RESISTENCIA: 2 HORAS EM PELE COM SUOR OU ÁGUA / 4 HORAS EM PELE SECA PROTEÇÃO: UVB E UVA SUPERIOR A 1/3 DE UVB TAMPA: DOSADOR	UND	100	R\$ 478,77	R\$ 47.877,00
196	PROTETOR SOLAR PROFISSIONAL FPS 60 1/3 UVA 120ML VOLUME: 120 ML ASPECTO: LOÇÃO CREMOSA COR: BRANCO A LEVEMENTE AMARELADO ODOR: CARACTERÍSTICO RESISTENCIA: 2 HORAS EM PELE COM SUOR OU AGUA / 4 HORAS EM PELE SECA PROTEÇÃO: UVB E UVA SUPERIOR A 1/3 DE UVB TAMPA: FLIPTOP	UND	500	R\$ 26,06	R\$ 13.030,00
197	RESPIRADOR FACIAL 1/4 DE 2 VIAS COM FILTRO PARA VAPOR ORGÂNICO E GÁS ÁCIDO CARACTERÍSTICAS: TAMANHO ÚNICO, RÁPIDO E FÁCIL PARA DESMONTAR, HIGIENIZAR E MONTAR SUSPENSÃO COM REGULAGEM	UND	100	R\$ 118,23	R\$ 11.823,00

	E SAQUE RÁPIDO COMPATÍVEL COM A MAIORIA DOS ÓCULOS DE SEGURANÇA TESTADO E CERTIFICADO EM CONFORMIDADE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MATERIAL: PVC 1/4 FACIAL				
198	ÓCULOS DE PROTEÇÃO COM LENTES EM POLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCOS. ABAS LATERAIS DE PROTEÇÃO. ARMAÇÃO PRETA E HASTES REGULÁVEIS. ACOMPANHAR CORDÃO DE SEGURANÇA. RESISTENTE A IMPACTOS E CHOQUES FÍSICOS DE MATERIAIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS COMO: FRAGMENTOS DE MADEIRA, FERRO, RESPINGOS DE PRODUTOS ÁCIDOS, CÁUSTICOS, ENTRE OUTROS. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB. APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL NO MESMO MATERIAL DALENTE. HASTES TIPO ESPÁTULA COM AJUSTE DE COMPRIMENTO PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO ROSTO DO USUÁRIO. COR: FUMÊ (COM ANTI-EMBAÇANTE). A FUNASA DEVERÁ RECEBER, PREVIAMENTE, UMA AMOSTRA DO REFERIDO EPI PARA POSSÍVEL APROVAÇÃO, JUNTAMENTE COM UMA CÓPIA DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - C.A	UND	200	R\$ 13,14	R\$ 2.628,00
199	ÓCULOS DE PROTEÇÃO COM LENTES EM POLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCOS. ABAS LATERAIS DE PROTEÇÃO. ARMAÇÃO PRETA E HASTES REGULÁVEIS. ACOMPANHAR CORDÃO DE SEGURANÇA. RESISTENTE A IMPACTOS E CHOQUES FÍSICOS DE MATERIAIS SÓLIDOS E LÍQUIDOS COMO: FRAGMENTOS DE MADEIRA, FERRO, RESPINGOS DE PRODUTOS ÁCIDOS, CÁUSTICOS, ENTRE OUTROS. PROTEÇÃO CONTRA RAIOS UVA E UVB. APOIO NASAL E PROTEÇÃO LATERAL NO MESMO MATERIAL DALENTE. HASTES TIPO ESPÁTULA COM AJUSTE DE COMPRIMENTO PARA MELHOR ADAPTAÇÃO AO ROSTO DO USUÁRIO. COR: INCOLOR (COM ANTI-EMBAÇANTE). A FUNASA DEVERÁ RECEBER, PREVIAMENTE, UMA AMOSTRA DO REFERIDO EPI PARA POSSÍVEL APROVAÇÃO, JUNTAMENTE COM UMA CÓPIA DO CERTIFICADO DE APROVAÇÃO - C.A	UND	200	R\$ 13,14	R\$ 2.628,00
200	LUVA DE COURO RASPA - LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM COURO, COM REFORÇO ENTRE POLEGAR E INDICADOR. COSTURADA COM LINHA DE NYLON. CANO CURTO DE 7CM . TAMANHO ÚNICO	PR	1.000	R\$ 12,75	R\$ 12.750,00
201	CAPA DE CHUVA REFORÇADA-CAPA DE CHUVA CONFECCIONADA EM LAMINADO DE PVC FORRADO, COM CAPUZ E MANGAS COMPRIDAS, FECHAMENTO FRONTAL COM 4 BOTÕES DE PRESSÃO E COSTURAS ATRAVÉS DE SOLDA ELETRÔNICA	UND	300	R\$ 35,17	R\$ 10.551,00
TOTAL LOTE - 08				R\$ 142.212,00	
TOTAL GLOBAL				R\$ 1.676.445,29	

- 1.1 A presente contratação encontra-se prevista no item 64, do Plano de Contratações Anual do Município para o ano de 2026. Trata-se de contratação habitualmente realizada pelo Município nos últimos anos, mostrando-se satisfatória ao atendimento da necessidade da Administração.
- 1.2 Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo.
- 1.3 O prazo de vigência da Ata de registro de preço/ contrato é de 12 (doze) meses, contado da

data da assinatura do instrumento.

- 1.4 A especificação técnica dos itens no arquivo PDF baixado juntamente com o arquivo do Edital no ComprasGov (RELAÇÃO DE ITENS) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição no Termo de Referência, PREVALECERÁ a que consta do Termo de Referência.

1. CLASSIFICAÇÃO COMO BEM COMUM

1.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 35/2024, vez que é possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto e descritos de forma objetiva no instrumento convocatório, não acarretando prejuízos à qualidade dos bens e, tampouco, ao interesse público.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e outros materiais correlatos, visando atender às necessidades das diversas Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Brotas de Macaúbas – BA.

3.2. A aquisição se faz necessária para assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais executados diretamente pelo Município, especialmente aqueles relacionados à manutenção preventiva e corretiva de redes hidráulicas, instalações prediais, sistemas de abastecimento, serviços operacionais, infraestrutura urbana, apoio às atividades de limpeza, conservação e demais ações de interesse público.

3.3. Os materiais hidráulicos serão utilizados na execução de reparos, substituições e adequações em instalações existentes nos prédios públicos e demais equipamentos municipais, contribuindo para a preservação do patrimônio público e para a redução de interrupções na prestação dos serviços.

3.4. As ferramentas são indispensáveis para garantir condições adequadas de trabalho às equipes responsáveis pela manutenção e execução dos serviços, proporcionando maior eficiência operacional e celeridade no atendimento das demandas administrativas.

3.5. Quanto aos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, sua aquisição visa assegurar a proteção e integridade física dos servidores envolvidos nas atividades operacionais, atendendo às normas de segurança do trabalho aplicáveis e reduzindo riscos ocupacionais durante a execução das atividades.

3.6. A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo maior flexibilidade administrativa, aquisições parceladas conforme necessidade efetiva e melhor gerenciamento dos recursos públicos, evitando estoques excessivos e promovendo maior eficiência nas contratações.

3.7. Dessa forma, a contratação pretendida busca garantir a continuidade dos serviços públicos municipais, assegurar condições adequadas de trabalho aos servidores e atender ao interesse público com economicidade, eficiência e planejamento.

3.4. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

3.4.1. O quantitativo estimado para a presente contratação foi definido com base no levantamento das necessidades das Secretarias Municipais e setores da Administração Pública do Município de

Brotas de Macaúbas – BA, considerando o consumo histórico, a demanda operacional recorrente e a previsão de manutenção das atividades ao longo do período de vigência da futura contratação.

3.4.2. Para definição dos quantitativos de materiais hidráulicos, foram observadas as demandas relacionadas à manutenção preventiva e corretiva das instalações hidráulicas dos prédios públicos, unidades administrativas, equipamentos públicos e demais estruturas sob responsabilidade do Município, considerando a necessidade de reposição e atendimento de ocorrências não programadas.

3.4.3. No que se refere às ferramentas, os quantitativos foram estimados levando em consideração a necessidade de equipar adequadamente as equipes operacionais responsáveis pela execução de serviços de manutenção, conservação e apoio às atividades desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

3.4.4. Quanto aos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, o dimensionamento considerou o número de servidores que executam atividades operacionais, os riscos inerentes às funções desempenhadas e a necessidade de substituição periódica dos equipamentos, observando critérios de segurança e continuidade dos serviços.

3.4.5. Também foram considerados fatores como eventuais ampliações das demandas administrativas, atendimento emergencial, sazonalidade de serviços de manutenção e a necessidade de manter disponibilidade de materiais para pronta utilização, evitando interrupções na prestação dos serviços públicos.

3.4.6. Dessa forma, os quantitativos estimados foram estabelecidos de maneira a atender adequadamente às necessidades da Administração Municipal durante o período contratual, observando os princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, sem representar aquisição imediata ou obrigatória da totalidade dos itens registrados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação para futura e eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e outros materiais correlatos deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

4.2. Requisitos Gerais: Os materiais fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, sem avarias, em perfeitas condições de utilização e atender às especificações técnicas definidas no Termo de Referência e demais documentos do processo licitatório.

4.2.1. Todos os produtos deverão possuir padrão de qualidade compatível com as normas técnicas aplicáveis, observando requisitos de desempenho, durabilidade, resistência e segurança.

4.2.2. Os itens deverão ser entregues acompanhados de nota fiscal e, quando aplicável, certificados, manuais, garantias e demais documentos exigidos pela legislação vigente.

4.3. Requisitos Técnicos: Os materiais hidráulicos deverão apresentar compatibilidade com os sistemas e instalações utilizados pelo Município, garantindo adequada funcionalidade e durabilidade.

4.4. As ferramentas deverão possuir características que assegurem resistência e desempenho compatíveis com o uso operacional previsto.

4.5. Os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs deverão atender às normas de segurança do trabalho aplicáveis, possuir Certificado de Aprovação – CA válido, quando exigido pela legislação, e garantir condições adequadas de proteção aos usuários.

4.6. Requisitos de Fornecimento:

4.6.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

4.6.2. A contratada deverá possuir capacidade operacional para atendimento das demandas durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

4.6.3. Os produtos deverão ser entregues dentro dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, em local indicado pela Administração.

4.6.4. Os custos com transporte, carga, descarga, substituição de produtos defeituosos ou em desacordo com as especificações serão de responsabilidade da contratada.

4.7. Os materiais que apresentarem defeitos, vícios de fabricação ou desconformidade com as especificações deverão ser substituídos pela contratada, sem custos adicionais para a Administração.

4.8. A Administração poderá recusar o recebimento de itens que não atendam às condições estabelecidas no processo de contratação.

4.9. Habilitação da Contratada: A empresa deverá comprovar regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica, conforme exigências estabelecidas no edital e legislação aplicável.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório para Registro de Preços visando futura e eventual aquisição de material hidráulico, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e outros materiais correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Brotas de Macaúbas – BA.

5.2. A adoção do Sistema de Registro de Preços foi definida em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo que as aquisições ocorram de forma parcelada, conforme necessidade efetiva da Administração, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

5.3. Os materiais hidráulicos serão destinados à manutenção preventiva e corretiva de instalações e sistemas hidráulicos dos prédios públicos, unidades administrativas e demais equipamentos municipais. As ferramentas serão utilizadas pelas equipes operacionais para execução de serviços de manutenção, conservação e apoio às atividades administrativas e operacionais do Município.

5.4. Os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs serão destinados à proteção dos servidores que executam atividades operacionais, assegurando condições adequadas de segurança e atendimento às normas aplicáveis de saúde e segurança no trabalho.

5.5. A contratação deverá contemplar o fornecimento dos materiais conforme especificações técnicas definidas no Termo de Referência, incluindo entrega parcelada, reposição quando necessária e garantia de qualidade dos produtos fornecidos.

5.6. Como benefícios esperados com a adoção da solução, destacam-se: atendimento contínuo das demandas das Secretarias Municipais, maior eficiência na execução dos serviços de manutenção e conservação, redução de paralisações decorrentes da falta de materiais, melhoria das condições de trabalho e segurança dos servidores, racionalização dos gastos públicos por meio de aquisições conforme demanda e fortalecimento do planejamento e da gestão dos estoques municipais.

5.7. Dessa forma, a solução proposta mostra-se tecnicamente adequada e administrativamente vantajosa para assegurar a continuidade e qualidade dos serviços públicos prestados pelo Município.

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. De acordo com o disposto no art. 40, inciso V, alínea “b”, combinado com o §2º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração deve, sempre que houver viabilidade técnica e vantagem econômica, promover o parcelamento do objeto da licitação, de modo a ampliar a competitividade e possibilitar a participação do maior número de interessados.

6.2. Para o caso em análise, optou-se pelo fornecimento por lote, considerando o menor preço por lote como critério de julgamento. Cada lote contemplará grupos de materiais organizados conforme sua natureza, finalidade de utilização e compatibilidade operacional, abrangendo

materiais hidráulicos, ferramentas, Equipamentos de Proteção Individual – EPIs e demais itens correlatos destinados ao atendimento das demandas das Secretarias Municipais.

6.3. A definição por lote fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- a) Os itens agrupados em cada lote possuem características compatíveis e são utilizados de forma complementar na execução das atividades de manutenção, conservação, reparos e apoio operacional desenvolvidas pelas diversas unidades administrativas do Município, sendo recomendável a contratação conjunta para proporcionar maior eficiência na gestão e execução das atividades;
- b) O fornecimento por lote contribui para a padronização dos materiais utilizados pelas equipes municipais, assegurando compatibilidade entre os produtos adquiridos, melhor controle de qualidade e maior eficiência na utilização dos recursos públicos;
- c) A logística de fornecimento, armazenamento, distribuição e utilização dos materiais exige planejamento integrado, tornando a execução mais eficiente quando realizada por lote, reduzindo o tempo de atendimento das demandas e evitando descontinuidade dos serviços públicos;
- d) A contratação por lote facilita o gerenciamento contratual e a fiscalização da execução, permitindo maior controle sobre os prazos de entrega, qualidade dos produtos fornecidos e atendimento às especificações estabelecidas pela Administração.

6.4. Além disso, o fornecimento por lote possibilita ganhos de escala, favorecendo condições comerciais mais vantajosas para a Administração, bem como redução dos custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos e fornecedores.

6.5. Ressalta-se que o mercado fornecedor de materiais hidráulicos, ferramentas, EPIs e itens correlatos possui empresas com capacidade operacional para atendimento de conjuntos de itens agrupados por categorias de fornecimento, inclusive de forma parcelada e contínua, atendendo adequadamente às necessidades da Administração Municipal. A excessiva fragmentação dos itens poderia comprometer a eficiência da contratação, elevar custos operacionais e dificultar o gerenciamento dos estoques e das entregas.

6.6. Assim, a adoção do fornecimento por lote configura-se como alternativa tecnicamente viável, economicamente vantajosa e administrativamente eficiente para atender ao interesse público, assegurando a continuidade das atividades municipais, maior agilidade no atendimento das demandas das Secretarias e melhor gestão dos recursos públicos no Município de Brotas de Macaúbas/BA.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1 A entrega será realizada, mediante solicitação da secretaria, a qual formulará o pedido através de requisição, tendo a licitante o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para entregar os produtos solicitados;

7.1.1. Os itens deverão ser entregues em embalagens apropriadas, contendo especificações do fabricante e manual de instruções em português;

7.1.2. O fornecedor deverá garantir a substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações. E na sua substituição a reposição deverá ser por outro com especificações técnicas iguais ou superiores, e com aprovação técnica. Sendo o prazo máximo de correção para eventuais irregularidades na entrega de **03 (três) dias úteis**.

7.1.3. Os produtos deverão ser entregues pelo CONTRATADO no endereço No Prédio da Prefeitura, localizada na Praça dos Poderes, nº 95 – Centro, Sede da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, localizada na Rua Joana Angelica, nº 347 , mediante agendamento,

no horário das 08:00h às 17:00h e em dias úteis de segunda-feira a sexta-feira pelo e-mail setorcompras10@gmail.com.

7.1.4. Caso detecte alguma falha na entrega, em desconformidade com o contrato, a contratada deverá efetuar a troca satisfatoriamente no prazo de 3 (três) dias dos produtos, sem prejuízo das sanções previstas.

7.1.5. A Prefeitura não é obrigada a contratar os produtos descritos neste termo na sua totalidade, as quantidades de cada item descrito são ESTIMATIVAS, podendo a administração municipal emitir quantas ordens de fornecimento entender conveniente para a administração, até o cumprimento TOTAL ou NÃO do objeto desta licitação.

7.2 Para a entrega do objeto, é imprescindível anexar DANFE a Nota Fiscal Eletrônica e a cópia da nota de empenho;

7.3. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, aplica-se, no que couber, o Código de Defesa do Consumidor – Lei Nº 8.078/1990.

7.4 O objeto será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do produto com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 10 dias úteis.

7.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade ético-profissional da contratada pela perfeita execução do contrato, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

7.7. A contratada deve comunicar à contratante, no prazo máximo de 05 dia(s) úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.8. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. O bem será recebido provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (Dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Forma de pagamento

8.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.9. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

8.10. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

8.11. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

8.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.14. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

8.15. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

8.19. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.21. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. RECURSOS ORÇAMENTARIOS

9.1. Não se aplica nesta fase, somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

10. ESTIMATIVA DOS PREÇOS REFERENCIAIS:

10.1 O valor estimado global da contratação é de **R\$ 1.676.445,29 (Um milhão, seiscentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e nove centavos)**.

10.1.1. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem, seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

10.1.2 Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e total estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

11. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

11.1 A licitação será processada na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, tendo como critério de julgamento o MENOR PREÇO POR LOTE;

11.2 O modo de disputa a ser utilizado é o aberto;

11.2.1. Do Registro de preço

11.2.2 Devido à imprevisibilidade da demanda ao longo do ano, especialmente em função de fatores externos (como eventos sazonais, crises sanitárias ou aumento populacional em determinadas épocas), o Registro de Preços para materiais de iluminação pública é a alternativa mais adequada, pois possibilita que o Município esteja preparado para suprir essas demandas sem interrupções no fornecimento. O Registro de Preços permite que o Município adquira os itens conforme sua real necessidade ao longo do período de validade da Ata de registro de preço, evitando estoques excessivos e desperdícios, ao mesmo tempo garantindo economia de recursos públicos. A aquisição eventual proporciona flexibilidade para adaptar as compras à demanda real, sem a necessidade de realizar licitações constantes, o que poderia acarretar morosidade no processo de aquisição e impacto na continuidade dos serviços. Portanto, justifica-se a realização do Registro de Preços como uma ferramenta eficaz de gestão, garantindo a eficiência, economicidade e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

11.2.3. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

12. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

12.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

12.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

12.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta

Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.1.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.1.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

12.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

12.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.1.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.1.2.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

12.1.2.7. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

12.1.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.1.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1.3.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

12.1.3.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.1.3.1.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **dois últimos** exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.1.3.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.1.3.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

12.1.3.1.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

12.1.3.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (hum) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

12.1.3.1.6. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1.4.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO MODELO DE GESTÃO DO OBJETO E DO CONTRATO.

14.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.5. O Município poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.7. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

14.8. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

14.9. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

14.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

14.11. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

14.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

14.13. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

14.14. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

14.15. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

14.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

14.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

14.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

14.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores

objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

14.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

14.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

Brotas de Macaúbas/BA, 23 de junho de 2026.

Zenilton Ribeiro Alcântara
Secretário Municipal de Administração

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O MUNICÍPIO DE BROTAS DE MACAUBAS, Estado da Bahia, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ n.º _____ com sede na Praça _____, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n.º – SSP – BA e CPF n.º _____, através do _____ neste ato representada pelo seu secretário Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n.º – SSP – BA e CPF n.º _____ considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS n.º/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 035/2024, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **material de expediente**, especificados nos itens..... do Termo de Referência, anexo **do edital de Licitação n.º/20...**, que é **parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.**

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade e Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 Optou-se pela não divulgação da presente IRP em virtude da ausência de estrutura administrativa satisfatória para fins de gerenciamento das Atas de Registro de Preços, bem como pela necessidade de realização e conclusão célere do processo.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação
4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

5.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.6.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no site do município e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.11.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.11.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.12.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.5. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.1.6. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.1 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.3 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não assinar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado.

8.2. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.5.1 Por razão de interesse público;

8.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.5.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, *ANEXO AO EDITAL*

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes. Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo da ata

Cadastro Reserva ata nºxxx/202x

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **///**.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do bem recebido provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, do Sr. XXXXXXXXXX (fiscal do contrato).

8.1.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

9.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

d) **Multa:**

1. 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo

contratual, ou no prazo da Ordem de Fornecimento, limitadas a 20% do valor da contratação;
2. 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da contratação

3. O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

4. compensatória de 0,20% (vinte décimos por cento)) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo

Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I.xxxxxx

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, ressalvado o disposto no art. 176, da Lei nº 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Oliveira dos Brejinhos-BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Brotas de Macaúbas-BA, XX de XXXXXX de XXXXX

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-